



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Sexualidade.

IDENTIDADES LÉSBICAS EM MOVIMENTO E OS DESAFIOS DO RECONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Isadora Lima da Silva¹

Resumo: O reconhecimento de identidade da mulher lésbica é um desafio. Além dos preconceitos e discriminações, o 'modelo' heteronormativo ditou regras por séculos. O debate sobre a emergência das identidades lésbicas e o seu reconhecimento pelos Assistentes Sociais se faz necessário, para que a categoria possa debater sobre as diferenças inseridas no âmbito da diversidade sexual.

Palavras-chave: Identidade lésbica; Serviço Social; Políticas Públicas.

Abstract: The identity recognition for lesbian women is challenge. In addition to prejudices and discrimination, the heterodox 'model' dictated rules for centuries. The dialogue on the emergence of lesbian identities and their recognition by Social Workers is necessary, so that the category can discuss the differences inserted in the scope of diversity sexual.

Keywords: Lesbian identity; Social Work; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente estamos em uma crise da sociedade como um todo, o que não se restringe apenas ao setor econômico e financeiro, mas uma crise que atinge todas as formas de organização social com base no capitalismo, na sua forma mais brutal e selvagem: globalizado, financeirizado e neoliberal. Tal crise não é acidental, o capitalismo vive à custa da exploração do trabalho assalariado, da natureza, buscando de forma incansável o lucro ilimitado.

Na atual crise do capitalismo, podemos perceber o avanço dos ideais do neoliberalismo, diminuindo os salários, enfraquecendo os direitos trabalhistas, devastando o meio ambiente e usurpando os seus bens, defendendo a competição do livre mercado, a economia do gotejamento, a flexibilização do trabalho e a ideia ilusória de uma dívida social insustentável.

O que é menos amplamente compreendido é que sociedades capitalistas também são, por definição, a origem da opressão de gênero. Longe de ser acidental, o sexismo está entranhado em sua própria estrutura. O capitalismo certamente não inventou a subordinação das mulheres. Esta existiu sob diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores. O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos de sexismo sustentados por novas estruturas institucionais. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p.51).

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: <profa.lidiany@gmail.com>.

Ser mulher foi e ainda é uma questão de sobrevivência, pois desde o princípio da história da humanidade a mulher é inferiorizada, invisibilizada sendo controlada por mecanismos estruturantes, como o patriarcado. Engels (1984) colocava que a primeira opressão de classes foi a do homem pela mulher.

Diante do exposto, o presente estudo se propõe a apresentar resultados teóricos de uma pesquisa que caracteriza o contexto das mulheres como sujeitos invisíveis.

Com o objetivo de ponderar o contexto de inclusão/exclusão de mulheres com identidades lésbicas historicamente, a pesquisa revelou como o processo de invisibilidade feminina se caracterizou de maneira mais atroz, a partir da vivência das mulheres no bojo da identidade lésbica.

A partir daí, ponderamos como as identidades lésbicas são visualizadas no Serviço Social, a partir das Resoluções do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e seus rebatimentos na materialidade do Projeto Ético-Político Profissional.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o despertar dos desafios dos referidos sujeitos em questão, para que tenham maior visibilidade no âmbito do Serviço Social.

3 VISIBILIDADE LÉSBICA NA HISTÓRIA

A invisibilidade de mulheres lésbicas é um assunto que historicamente relegou-se ao ostracismo, visto a construção de uma cultura heteronormativa de cunho patriarcal e sobretudo patrimonialista.

De acordo com Cisne e Santos (2018 p. 43), “o patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres”, por isso quando uma mulher ou mesmo um homem corrompem ou vão contra o que é determinado padrão, são oprimidos e considerados transgressores. Esse poder estruturante permeia toda a construção social da humanidade, nem mesmo o capitalismo pode ser colocado como único culpado da opressão contra mulheres, uma vez que o patriarcado está vigente antes do surgimento do modelo econômico capitalista. “O capitalismo certamente não inventou a subordinação das mulheres. Esta existiu sob diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores.” (ARRUZZA, BHATTACHARYA E FRASER, 2019, p.51)

Dessa forma, ainda de acordo com as autoras, patriarcado não surgiu simplesmente da mente de alguém, mas possui uma base material e socio-histórica, e isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente e culturalmente determinadas, com base em relações concretas. Dentre essas relações, destacam-se:

1) As relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos – como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado a heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra mulher e a população LGBTI.(CISNE E SANTOS, 2018, p.45)

A inclusão do debate sobre gênero e sexualidade é algo complexo, por ainda disporem de memórias e significados causadores de batalhas, ódios e incompreensões sobre o tema. A homofobia exemplifica bem as consequências da questão. Vale ressaltar, ainda, que segundo Toitio (2012 p. 08 *apud* Cisne e Santos, 2018 p. 54),

A sexualidade é forjada nas relações sociais, ou seja, não se encontra alheia a elas, portanto, não é simplesmente resultante das relações/desejos individuais, posto que “é antes, controlada, incitada e construída nos indivíduos por instituições, normas, aparelhos, no interior das próprias relações sociais (e não estranhas a elas).

Ser mulher com identidade lésbica na contemporaneidade é um desafio. Além das adversidades por questões de gênero, ainda há obstáculos dos preconceitos enraizados na sociedade, por causa do padrão heteronormativo que determina os cânones sociais quanto as formas de expressão da orientação sexual e identidade de gênero, em um cenário onde a sexualidadedas mulheres lésbicas acabasendo negada.

Segundo Rich (2010) não se tinha acesso a conhecimento da existência de mulheres lésbicas na história, essa negação é uma forma ideológica de acabar com qualquer vestígio da construção da identidade lésbica.

“É fato que a homossexualidade sempre existiu no processo histórico da humanidade, mas ainda é muito forte o preconceito contra a orientação homossexual.” (CARVALHO, CAVALCANTE, 2012, pag. 5).

Butler (1998) desconstrói a ideia de mulher e conseqüentemente o sujeito históricofeminismo. A autora elabora uma teoria do feminismo baseada nos corpos. Nesse sentido, o feminismo é a luta pelos direitos das mulheres, mas também é a desconstrução do que se convencionou chamar de mulher e de homens. O questionamento central da teoria de Judith Butler se dá com relação à noção de identidade, seu princípio e sua lógica. Isso porque o feminismo pensado na lógica da binaridade de gênero reproduz aquilo mesmo que quer criticar, retornando a premissa de que o gênero é construído.

A autora estabelece uma interlocução com Simone de Beauvoir. No debate com Beauvoir, Butler indica os limites das análises sobre gênero que, segundo ela, "pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis de gênero na cultura" (p. 28, 1998). A partir da conhecida afirmação de Beauvoir "Não se nasce mulher, torna-se mulher", Butler aponta para o

fato de que "não há nada em sua explicação [de Beauvoir] que garanta que o 'ser' que se torna mulher seja necessariamente fêmea" (p. 27, 1998).

Apenas a partir dos movimentos sociais surgidos no final dos anos de 1960, que a sexualidade humana assume visibilidade na agenda política, ao ser pensada além da dimensão estritamente biológica. Movimentos sociais e vários analistas trouxeram, para o debate, questões que transitavam em torno do reconhecimento das identidades sexuais (SANTOS, 2009).

A mulher lésbica não é uma mulher gay, é uma mulher que tem de reafirmar sua sexualidade a todo o momento, sair do armário várias vezes, quando sente a possibilidade de fazê-lo. Uma lésbica não deixa de ser mulher pelo fato de se relacionar com alguém do mesmo sexo. No movimento feminista, muito já foi discutido sobre a lesbianidade, pois até entre as próprias mulheres há preconceito. Por isso a necessidade de lutar contra o sentimento de vergonha, de insegurança e buscar o empoderamento através da resistência. Sendo assim, é relevante trazer a visibilidade da história de mulheres que foram consideradas transgressoras por estarem na cultura da sociedade patriarcal em que vivemos. É justamente essa discussão que Butler (1998) traz na sua obra "Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade", o repensar da "identidade definida" das mulheres, partindo da premissa: sexo é natural e gênero é construído. a margem de padrões já predeterminados, cada uma com sua peculiaridade e identidade, é necessário.

No Brasil, as mulheres conhecidas como tríbades, em algumas comunidades indígenas desenvolviam as atividades masculinas e eram "casadas" com mulheres, (CAVALCANTE, 2015) pouco se fala dessas mulheres que espantavam e afugentavam os portugueses e eram consideradas mais perigosas que os homens. Essas mulheres têm suas representações levadas ao imaginário.

Safo, na Grécia Antiga, se destaca como uma referência feminina histórica muito importante também, pela visibilidade que tinha pela escola que fundou apenas para mulheres. Suas obras nos levam a refletir os papéis de gênero na sociedade, rompendo com as ideias da competência feminina para determinadas atividades (CAVALCANTE, 2015).

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua "inclusão" como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez.

4 DESAFIOS DO RECONHECIMENTO DE IDENTIDADES LÉSBICAS NO SERVIÇO SOCIAL

Vivemos em um país onde nascer mulher já nos coloca em desvantagem por conta dos preconceitos. Entretanto, mais de 30% das famílias são chefiadas por mulheres, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008), o qual também afirma que as mulheres representam cerca de 51% da população brasileira.

O IBGE (2010) retrata também que há 60.002 casais homoafetivos no Brasil. Entretanto não há um recorte de gênero nos referidos dados.

A profissão de Serviço Social, com mais de 80 anos de trajetória no Brasil, assistiu ao contexto histórico de ter se consolidado como profissão feminina, o que mudou em determinados percentuais no decorrer dos anos. Mas determinados preconceitos ainda se encontram enraizados na medula da profissão. Mulheres com orientação sexual divergente do que foi considerado como heteronormativo é um dos pontos que conduz a fomento de discriminação.

Apesar da criação da Resolução 489/2006, do Conselho Federal de Serviço Social, onde se estabelece a conduta de não discriminação de profissionais de Serviço Social por conta das expressões de sexualidade, o vetor de muitos/as Assistentes Sociais ainda está aliado aos preconceitos de orientação sexual.

Em seu Art. 1º. A Resolução ressalta que:

O assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos, que sejam discriminatórias ou preconceituosas por questões, dentre outras, de orientação sexual;

A Resolução estabelece com clareza quais os elementos importantes e como precisam ser conduzidos.

No ensejo, pondera-se que estamos diante de práticas profissionais que reforçam o neoconservadorismo, o que elenca discursos e condutas que podem ficar distantes não apenas do Código de Ética da Profissão, como também da materialização do Projeto Ético-político.

Marx (2009) ressalta que o sistema capitalista é encarregado de nos expropriar de tudo e esse ensejo é importante para discutirmos o tema.

Apesar da expropriação de direitos, da vida cotidiana, dos acessos aos bens primordiais, mulheres lésbicas ainda se vêm expropriadas do direito a vivenciar suas próprias identidades, ou seja, vivem sem a liberdade para conduzir suas próprias vidas.

Cavalcante (2015) sinaliza que só de nascer mulher, há desvantagem. Se o sujeito nasce mulher e negra, sofre preconceito duas vezes; mulher negra e pobre, sofre

preconceito três vezes; mulher, negra, pobre e com deficiência, quatro vezes; mas se nasce mulher, negra, pobre, com deficiência e lésbica, essa pessoa inexistente para a sociedade.

O cenário de materialização do Projeto Ético-político é desafiador, principalmente no que tange ao reconhecimento e respeito às diferenças, haja vista que em tempos de discursos de ódio e *fake news*, assumimos, como profissionais, por vezes, uma postura alienada frente a determinados assuntos que desconhecemos.

Um dos recortes agudos da barbárie é justamente a violência que acomete a população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais). Dentro desses aportes, discriminação de sujeitos femininos pela condição sexual ainda é algo a ter muitas discussões.

A perspectiva do reconhecimento, como sinaliza Honneth (2003), envolve como me reconheço, como o outro me vê e de que forma a sociedade me visualiza. Tais parâmetros asseveram que o reconhecimento é algo que possui várias características e é multifacetado.

Se mulheres com identidade lésbica não se sentem reconhecidas, a tendência dos referidos sujeitos é assumir uma posição de ostracismo social em todos os âmbitos, já que o preconceito inicia no âmbito da família, perpassa os serviços de saúde, assistência social, mundo do trabalho, etc (CAVALCANTE, 2015).

Por isso, urge o debate sobre o reconhecimento das identidades lésbicas no Serviço Social, haja vista que trata-se de mulheres que sofrem preconceito duas ou três vezes mais que as mulheres em condição heterossexual.

Outro paradigma a ser quebrado, trata-se das identidades. Usamos o termo no plural, pois as identidades são construídas e desconstruídas cotidianamente (HALL, 2006). Nas palavras de Heráclito, Filósofo da Antiguidade, 'um homem não se banha no mesmo rio duas vezes, visto que nem o homem e nem o rio são os mesmos'.

Nesse âmbito, apesar de a temática do universo LGBTI ser tratada de maneira relativamente recente nos debates da categoria, é importante intensificar a discussão, para o maior conhecimento dos profissionais, assim como formações que oportunizem reflexões sobre sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, para evitar discursos esvaziados teoricamente e carregados de preconceito e discriminação, contra sujeitos que também são protagonistas de sua própria história, tem demandas sociais e acima de tudo são sujeitos de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos, em tão breve artigo, esgotar uma temática tão complexa e instigante, mas apenas trazer alguns aportes para a discussão na categoria sobre as

identidades lésbicas e a importância dos movimentos identitários, a partir do resultado de uma pesquisa exploratória em Serviço Social.

É preciso trazer novos debates para o cerne do Projeto Ético-político, para que possamos aprofundar e preservar a proposta do Projeto Profissional, nos dizeres de Netto (2009).

Vivemos em tempos desafiadores, mas ao assegurarmos o debate no contexto teórico-metodológico, ético e político, poderemos ter um cotidiano de construção mais humana na vivência técnico-operativa da profissão.

Embates virão, mas a mola propulsora das expressões da Questão Social nas lutas, não deve silenciar uma categoria comprometida com os Direitos Humanos e a conquistados Direitos Sociais. Somos viajantes do tempo, mas nos propomos a lutar pela emancipação política e quiçá emancipação humana, onde os direitos possam se consolidar na esfera coletiva, diante do processo de transformação social.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo, Boi Tempo, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da Barbárie e Desafios ao Serviço Social. In.: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, No. 128, p. 54-71, jan /abril, 2017.

BUTLER, **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

CARVALHO, Ária Maria Mendes; CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Rompendo Tabus: o reconhecimento social das famílias homoafetivas na Amazônia**. Anais do VI Seminário Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. EUFBA: Salvador, 2012.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Cidadania Homossexual em Manaus: os desafios na (des) construção da identidade homoafetiva feminina**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2006.

MARX, Karl. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In.: _____ O Capital. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1984. V 1, Livro I, t 2. (Col. Os Economistas).

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et. al. (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 141-160.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direito, desigualdades e diversidade. In: **Política Social no Capitalismo**: tendências Contemporâneas 2º edição. São Paulo: Cortez, 2009.